



ESTADO DE GOIÁS
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE PALMINÓPOLIS
ESC. MUL DE TEMPO INTEGRAL LIVERTINO
PEREIRA DE MORAIS.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”

Paulo Freire

Ano 2024

1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (doravante PPP) norteia a organização pedagógica da escola de modo a incluir todas as atividades executadas pela mesma como: projetos, atividades curriculares e extracurriculares. É basicamente um documento que não se finda, dada a sua reelaboração dinâmica e contínua durante o ano letivo.

O aluno, inserido na Escola de Tempo Integral, deve ter sua participação estabelecida de modo a atender suas necessidades e expandir suas potencialidades de aprendizagem, desenvolvendo de forma propositiva suas competências.

Visa-se à formação integral do discente, respeitando-o em suas diferenças e pluralismo de ideias, habilidades e competências, contribuindo dessa forma, para uma cidadania saudável. Nessa perspectiva da ampliação de oportunidades e de aprendizagens significativas objetiva oferecer aos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental a oportunidade de ampliar o tempo de permanência na escola, colocando-os em contato com atividades de orientação de estudos em leitura e escrita, produção, resolução de problemas matemáticos, introdução à pesquisa e prática com mídias tecnológicas musicais, bem como a vivência de atividades curriculares artísticas, culturais, esportivas e de integração social.

Legalmente a oferta de educação integral encontra-se respaldada na Constituição Federal, nos artigos 205, 206 e 207; Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 9.089/90; LDB 9394/96, PNE Lei 10.172/01; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação; artigo 10, inciso 9, Lei nº 11.494/07, Resolução CNE/CEB nº 07/10; artigos 36 e 37 parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, e pela Lei Municipal 006/2013 de 26 de março de 2013.

Portanto, a elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico de toda e qualquer tipo de instituição de ensino básico, especialmente, de período integral, seja considerada de extrema relevância, orientando as práticas educativas e a gestão da escola, visando proporcionar uma educação de qualidade que atenda às necessidades dos estudantes de maneira abrangente.

2. JUSTIFICATIVA

Como instituição de transformação humana e social, a escola deve possuir um documento que pressuponha sua identidade, elencando âmbitos diversos que tocam desde a infraestrutura até os recursos humanos da Unidade Escolar.

A implantação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) nas escolas é fundamental por várias razões, e está associada a diversos benefícios que podem impactar positivamente o ambiente escolar, o processo educativo e o desenvolvimento dos alunos, cujos principais benefícios podem ser considerados:

- I. Definição de Identidade e Propósito: O PPP ajuda a escola a estabelecer sua identidade, missão e valores. Ele proporciona um entendimento claro dos propósitos da instituição, suas metas educacionais e os princípios que norteiam as práticas pedagógicas;
- II. Participação Comunitária: Ao envolver a comunidade escolar (pais, professores, alunos e funcionários) no desenvolvimento do PPP, cria-se um senso de pertencimento e colaboração. A participação ativa de todos os envolvidos promove um ambiente mais inclusivo e democrático;
- III. Adaptação às Necessidades Locais: Cada escola é única, com desafios e características específicas. O PPP permite que as instituições adaptem suas práticas às necessidades locais, considerando aspectos culturais, sociais e econômicos da comunidade em que estão inseridas;
- IV. Orientação para Resultados e Avaliação: O PPP estabelece metas e objetivos educacionais claros e fornece uma análise do desempenho escolar, permitindo que a instituição monitore seu progresso em relação às metas estabelecidas e faça ajustes quando necessário;
- V. Inovação Pedagógica: O PPP incentiva a inovação nas práticas pedagógicas. Ao promover métodos de ensino mais eficazes e atualizados, a escola pode melhorar a qualidade da educação oferecida e preparar os alunos para os desafios do século XXI;
- VI. Desenvolvimento Integral dos Alunos: O PPP, especialmente em escolas que adotam abordagens mais amplas, como a educação integral, visa o desenvolvimento integral dos alunos. Isso inclui aspectos cognitivos, emocionais, sociais, culturais e físicos;

- VII. Gestão Participativa: Um PPP bem elaborado incorpora princípios de gestão participativa, incentivando a colaboração entre todos os membros da comunidade escolar. Isso contribui para um ambiente de trabalho mais saudável e eficaz;
- VIII. Alinhamento com Políticas Educacionais: O PPP permite que a escola esteja alinhada com as políticas educacionais estabelecidas em níveis municipal, estadual e nacional, garantindo consistência e conformidade com diretrizes mais amplas.

Em resumo, a implantação do Projeto Político-Pedagógico é justificada pela necessidade de proporcionar uma educação de qualidade, adaptada às particularidades de cada escola e alinhada com as expectativas da comunidade, dos educadores e das políticas educacionais.

Desta forma, o Projeto Político-Pedagógico, em conformidade às competências constantes na Base Nacional Comum Curricular (doravante BNCC), visa uma “formação integral e integradora” das diferentes dimensões da pessoa humana (corpo, inteligência, vontade, afetividade, espírito) em que não só a excelência acadêmica, mas também o afetivo, o artístico, o lúdico, o gratuito e o “contemplativo” adquirem grande relevância formativa.

Ademais, este projeto conta com a formação em dimensões de “moral e ética”, fundamentado em valores universalmente compartilhados. Valores estes baseados na verdade, no amor pelo conhecimento e ao próximo, na honestidade, no respeito, na justiça, na solidariedade, na partilha, na sensibilidade e no compromisso com os excluídos.

Sendo assim, há uma busca constante pela construção e manutenção de uma “comunidade educativa”, onde cada um, de acordo com sua capacidade específica, assume suas responsabilidades, sentindo-se corresponsável pelo crescimento e pelo aperfeiçoamento da sociedade escolar e local. Neste sentido, todos os participantes devem colaborar de modo positivo com o desenvolvimento de novos projetos, os quais têm como filosofia: a formação dos seres humanos íntegros e integrais; críticos, reflexivos e conscientes de seus deveres e direitos, para que possam defender bem como construir seu espaço na sociedade, com dignidade.

3. OBJETIVO GERAL

A referida Unidade Escolar possui como objetivo principal:

Promover a permanência do educando na escola, assistindo-o integralmente em suas necessidades básicas e educacionais, reforçando o aproveitamento escolar e a autoestima, com a garantia da qualidade no processo socioeducativo e ênfase no desenvolvimento cultural, moral, cívico e ético.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Especificamente, esta unidade escolar objetiva-se por:

- Proporcionar ao discente uma experiência educativa que leve ele desenvolver suas dimensões: cognitiva, afetiva, lúdica, corporal e espacial, contribuindo para o desenvolvimento de relações pessoais e interpessoais saudáveis.
- Fortalecer a comunidade escolar como espaço de socialização, em que o aluno possa experimentar uma vivência coletiva e formular uma concepção de mundo, de sociedade e de cidadão.
- Desenvolver e reforçar as rotinas diárias de alimentação higiene, esporte e lazer de modo coletivo;
- Desenvolver habilidades e competências cognitivas, idealizadas e preconizadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), delimitadas pelo Documento Curricular para Goiás (DCGO), considerando a bagagem cultural do aluno, bem como suas tendências e aspirações;
- Incentivar a participação responsável da família e da comunidade local, buscando por meio do seu engajamento no processo educacional, melhorar a qualidade de ensino, diminuir as desigualdades sociais e consequentemente reduzir os índices de violência, dinamizando a construção da cidadania;
- Desenvolver um currículo que valorize a leitura e a produção de textos em todas as áreas de ensino;

5. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A Escola Municipal Livertino Pereira de Moraes, localiza-se na cidade de Palminópolis – Goiás, cujo histórico compreende que:

Em 1949, Filogônio Sardinha de Sá e Livertino Pereira de Moraes pediram, em doação, a área de 11.000 m² aos proprietários da fazenda São Bento, Isaac Gomes e José Geraldo Lopes. Com a doação do terreno surgiram as primeiras construções, dando início ao povoado de São Bento. O topônimo foi alterado para Palminópolis devido à proximidade com Palmeiras de Goiás e Firminópolis e por sugestão de Filogônio Sardinha de Sá. Pela Lei Municipal de 7 de julho de 1953 o povoado foi elevado a distrito, conservando seu antigo nome, sendo o seu primeiro subprefeito Waldemar Custódio da Silva, que exerceu o cargo até 1957 (IBGE, 2018, p.01).

Assim, considerando sua formação administrativa, Palminópolis é um:

Distrito criado com a denominação de Palminópolis, ex-povoado, pela lei municipal nº 84, de 07-07-1953, subordinado ao município de Palmeiras de Goiás. Em divisão territorial datada de 01-07-1955, o distrito de Palminópolis figura no município de Palmeiras de Goiás. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1960. Elevado à categoria de município com a denominação de Palminópolis, pela lei estadual nº 3.476 de 02-08-1961, desmembrado assim de Palmeiras de Goiás. Sede no antigo distrito de Palminópolis, constituído do distrito sede e instalado em 01-01-1964. Em divisão territorial datada de 1-01-1979, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007 (ibidem, p.01).

O senhor Eurípedes Custódio Borges, popularmente conhecido como Zezinho, sendo prefeito de Palminópolis em dois mandatos anteriores e reeleito em 2013 para mais 4 anos à frente da gestão da cidade, priorizou a Educação com um grande objetivo em mente, visando a melhoria da estrutura e qualidade do ensino no município, por meio da construção de uma nova escola de tempo integral que comportasse todos os alunos do Ensino Fundamental de primeira fase, unificando assim as duas escolas municipais existentes: Escola Professor Ovídio Gomes de Souza e Escola Gumercindo Vicente Santana.

Contudo, havia obstáculos tanto estruturais como orçamentários na época da idealização de tal projeto educacional para o município, pois ainda não se dispunha de espaço físico adequado e nem verba suficiente para a respectiva obra em todos os seus estágios.

Nesse sentido, com intuito de sanar tais problemas e continuar com seu projeto idealizador, o então prefeito buscou soluções viáveis junto ao Ministério da Educação (MEC) para tentar concretizar seu objetivo, o qual de fato, só foi possível no mandato seguinte com sua nova reeleição em 2016, pois mesmo com o decorrer do tempo e em meio as dificuldades inerentes ao seu cargo, o prefeito continuou fiel ao seu sonho e buscou parcerias com o Governo Federal e Estadual, além de recursos próprios do município e de parte da comunidade palminopolina que contribuiu, financeiramente e com mutirões comunitários durante as obras em 2019, para que a nova escola considerada “a menina dos olhos” se tornasse uma realidade em 2020, posteriormente, um modelo educacional idôneo e compatível com as novas tecnologias.

A escolha do nome desta unidade escolar foi feita de modo a homenagear “uma das primeiras pessoas a se mudar para Palminópolis, um dos fundadores”. Um dos fatores que contribuíram para a escolha de tal nome, foi justamente o “fato de Livertino (in memoriam) ter um neto Senador da República, filho de Palminópolis; isso foi decisivo para o nome da escola.

Finalmente, no dia 01 de setembro de 2020, por meio da Lei nº 048/PMP/2020, denominou-se definitivamente a nomeação de Escola Municipal de Tempo Integral Livertino Pereira de Moraes para este prédio público, que se encontra à Rua Maria Jacinta Cândida, s/n, quadra 01, lote 01, Centro. Quaisquer outras informações relevantes a respeito do histórico desta unidade escolar constarão em anexo.

6. MISSÃO

"Na Escola de Tempo Integral Livertino Pereira de Moraes, a missão é oferecer uma educação de qualidade que ultrapasse os limites tradicionais, proporcionando aos alunos oportunidades de aprendizado contínuo e integral". Buscando firmar o compromisso com fatores que abordam princípios fundamentais como:

- Desenvolvimento Integral: visa promover o crescimento pessoal, social, emocional e físico dos alunos, através de programas e atividades extracurriculares que complementem a experiência de sala de aula;

- **Inclusão e Diversidade:** objetiva criar um ambiente inclusivo que valorize a diversidade, respeite as diferenças e promova a compreensão intercultural, preparando os alunos para serem cidadãos globais;
- **Participação Ativa:** fomenta a participação mais efetiva dos pais, professores e alunos na construção de uma comunidade escolar colaborativa, onde o diálogo aberto e a cooperação são fundamentais;
- **Uso Inovador do Tempo:** busca maximizar o tempo escolar para otimizar oportunidades de aprendizado, incorporando métodos pedagógicos inovadores e valorosos, integrando a evolução tecnológica de maneira significativa;
- **Preparação para o Futuro:** promove a capacitação dos alunos com habilidades e conhecimentos relevantes para enfrentar os desafios sequenciais da educação básica, preparando-os para as próximas etapas do ensino regular.

Entende-se que, ao adotar tal missão, busca-se não apenas a excelência pedagógica, mas também a formação de indivíduos comprometidos, éticos e capazes de contribuir positivamente para a sociedade.

7. VISÃO

A visão de uma escola de tempo integral, como é o caso da referida unidade, foi formulada para refletir os princípios e objetivos específicos da abordagem educacional implementada. Sendo assim, a visão instituída é:

"Ser uma escola de referência, reconhecida pelo compromisso com o desenvolvimento integral dos alunos e pela viabilização de um ambiente educacional inovador e acolhedor."

Logo, tomando como base o atual cenário de desenvolvimento ascendente das novas tecnologias e as crescentes demandas e aspirações da comunidade atendida, esta Unidade Escolar visa, ademais, o trabalho socioeducativo de preparação do ser humano para o bom proveito diante dos recursos disponibilizados.

8. PRINCÍPIOS / VALORES

Seja pela mais difícil jornada, esta Unidade sempre traçará seu trajeto priorizando valores conforme a filosofia educacional, a missão da escola e as necessidades específicas da comunidade. Por isso foram incorporados como prioridade do referente PPP:

Respeito – princípio fundamental de qualquer relação entre todos os entes sociais e profissionais como gestores, professores, demais funcionários, alunos e comunidade escolar.

Ética – respeito aos lugares e regras da escola, aos combinados entre professores e alunos, às proposições da gestão e à coletividade de pais e responsáveis.

Equidade – priorização da justiça e da inclusão para com todos os discentes matriculados na unidade escolar.

Igualdade – viabilização das mesmas oportunidades para com todos os discentes das diferentes turmas.

Comprometimento – cumprimento de delegações, normas e prazos estabelecidos democraticamente.

Acompanhamento – reunião de informações e decisões compartilhadas positivamente.

Honestidade – transparência de dados e informações para com os membros da comunidade escolar de modo geral.

Diálogo – princípio norteador para a resolução registrada de problemas em comum ou de modo individualizado.

Investigação – busca pela resolução de conflitos e problemas internos e externos à escola, por meio de verificações baseadas em evidências em detrimento das inferências.

Integridade – ação por meio da imparcialidade e respeito, visando a garantia da qualidade e do desenvolvimento contínuo do processo educacional como um todo.

Ordem – Organização de rotinas planejadas, acompanhadas e registradas periodicamente.

9. DIAGNÓSTICO DE INDICADORES EDUCACIONAIS

A análise sistemática dos dados que refletem diferentes aspectos do sistema educacional como o desempenho da escola, a identificação de áreas de sucesso e desafios e a tomada de decisões informadas para melhorar a qualidade da educação, possuem indicadores educacionais comuns passíveis de serem diagnosticados como:

- Taxa de Aprovação/Reprovação/Abandono Escolar: visa identificar padrões e tendências que possam indicar problemas de retenção, compreender as razões para o abandono e analisar estratégias de intervenção.
- Desempenho Escolar: propõe a análise de resultados das avaliações internas e externas, como provas padronizadas, identificando áreas positivas e negativas do aprendizado, da eficácia do currículo e das práticas pedagógicas.
- Participação dos Pais: visa entender o envolvimento dos pais na educação dos seus filhos, oportunizando melhorias necessárias na comunicação escola-família.
- Infraestrutura Escolar: avalia as condições das instalações, recursos, biblioteca, laboratórios, etc., no intuito de identificar necessidades de manutenção, melhorias estruturais e investimentos em recursos educacionais.
- Formação Continuada dos Professores: analisa a eficácia dos programas de desenvolvimento profissional, identificando áreas que necessitam de mais apoio.
- Ambiente Escolar e Clima Organizacional: propõe realizar pesquisas de clima interno, observar interações entre alunos e professores, com objetivo de identificar aspectos positivos e desafios no ambiente escolar para implementar estratégias de melhoria da cultura escolar.
- Acesso a Recursos Tecnológicos: avalia a disponibilidade e o uso de tecnologia na sala de aula, verificando as necessidades de infraestrutura tecnológica, com planejamento e integração eficaz da tecnologia no ensino.

- Inclusão e Equidade: promove a análise de dados relacionados à inclusão de alunos com necessidades especiais e equidade de oportunidades, transpondo barreiras existentes e adaptando as práticas inclusivas.

Sobre tais indicadores citados, destacam-se as avaliações processuais e diagnósticas da Escola Municipal de Tempo Integral Livertino Pereira de Moraes, pois esta tem o nível de aprendizado dos seus alunos aferido por diferentes ferramentas avaliativas externas, em âmbito estadual e nacional.

Como principal ferramenta avaliativa consta o IDEB (Índice de Desenvolvimento de Educação Básica), o qual é obtido pela nota do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) a cada dois anos letivos, porém, também é levado em consideração, pela referida unidade escolar, quesitos como frequência, índice de reprovação, evasão, fluxo de alunos, bem como a quantidade de aulas executadas, pois são itens de peso para a edificação do resultado no processo contínuo de ensino-aprendizagem.

Em relação aos indicadores de fluxo da rede municipal de ensino, estes mantêm bons parâmetros e não apresentam nenhum caso de evasão há mais de 4 anos consecutivos. Além disso, casos de infrequência são rigorosamente acompanhados e compartilhados com autoridades cabíveis como o Conselho Tutelar, o qual demonstra uma parceria significativa em ocorrências pontuais.

Diante dos indicadores de metas projetadas e alcançadas em relação ao IDEB da referida unidade escolar, enquanto estava subdivida em duas escolas municipais: a Escola Gumercindo Vicente Santana e a Escola Professor Ovídio Gomes de Souza; as metas para o ano de 2019 (6,0 pontos) foram superadas por ambas, atingindo o resultado de, respectivamente, 6,9 e 6,8 pontos. Novamente a média foi superada no ano de 2021, mesmo diante do caótico cenário educacional ocasionado pela pandemia da COVID 19, ficando a Escola Municipal Professor Ovídio Gomes de Souza com 6,79 pontos e a Escola Gumercindo Vicente Santana com 6,29.

Esses são os indicadores primordiais do diagnóstico a ser mantido e das ações a serem adaptadas às necessidades específicas da escola, tendo em vista que, a coleta e análise regular desses indicadores são responsáveis por fornecer uma base sólida para a elaboração de estratégias e intervenções direcionadas à qualidade da educação oferecida.

10. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E BASES LEGAIS

A fundamentação teórica refere-se às teorias educacionais e pedagógicas que sustentam as práticas e abordagens da escola e as bases legais, por sua vez, são normas e regulamentos estabelecidos por órgãos governamentais que norteiam o funcionamento e as políticas educacionais.

Como documento de identificação e norteamto para qualquer instituição de ensino, o PPP deve ser fundamentado em teorias educacionais significativas que realmente fazem parte do processo de ensino e aprendizagem, e que devem estar em consonância com as demandas sociais, históricas, culturais, intelectuais e humanas dos discentes. Pois, de acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica (DCNEB):

O projeto político-pedagógico, nomeado na LDB como proposta ou projeto pedagógico, representa mais do que um documento. É um dos meios de viabilizar a instituição escolar democrática e autônoma para todos, como qualidade social. Autonomia pressupõe liberdade e capacidade de decidir a partir de regras relacionais. O exercício da autonomia administrativa e pedagógica da instituição escolar pode ser traduzido como a capacidade de governar a si mesmo, por meio de normas próprias (DCNEB, 2013, p.47).

A Lei de Diretrizes de Bases (LDB/1996), em seus artigos 12, 13 e 14, advoga a elaboração e execução autônoma do PPP, uma vez que seja democraticamente ativa. Em consonância com isso, a Resolução CEE/CP n.03, define a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como documento orientador de amplo e geral uso para elaboração de qualquer outro documento que faça parte da realidade escolar das instituições.

Ao se definir tal documento para todas as etapas do processo educacional, peca-se em não se destacar suas adaptações, a saber, o Documento Curricular para Goiás (DC-GO), que é uma delimitação específica da BNCC acrescido da goianidade e seus documentos subsequentes, com seus cortes temporais e proposta curricular personalizada, ambos de 2020.

É sabido que tais documentos primam pelo desenvolvimento de competências dos alunos, edificadas especificamente por habilidades a serem trabalhadas em diferentes Componentes Curriculares e significadas por diversos Objetos de Conhecimento.

Tais propostas valorizam o desenvolvimento do ser humano de forma integral, desvencilhando-se do caráter conteudista que a abordagem tradicional de educação concebia (MATUOKA, 2018).

Diante disso, esta Unidade Educacional, imbuí-se das teorias sociointeracionistas para subsidiar sua prática pedagógica, cujo princípio da aprendizagem ocorre por meio da interação social, sendo influenciada pelo ambiente e pelas relações interpessoais. Sendo assim, tem-se como base o teórico Lev Vygotsky que, com sua teoria preconizadora das interações humanas, contribui para o alinhamento das bases legais às linhas teóricas seguidas pela escola, pois:

O sócio interacionismo pressupõe práticas educativas diferenciadas que impreterivelmente trazem dinamismo, mobilidade, ludicidade e estímulos à cognição. O que marca as posturas tradicionais ou inovadoras na educação é a concepção de aprendizagem, de produção de conhecimento que estas carregam através de seus recursos e metodologias (OLIVEIRA, 2014, p.5).

Dentro de tal visão, a interação vem a ser chave para o processo educacional, uma vez que a criança enquanto estudante, perpassará por áreas diversas, tendo contato com diferentes experiências como: aluno-aluno e aluno-professor.

É a partir da interação com o meio, levando em conta seus diferentes aspectos, que a criança se desenvolverá de forma gradual e contínua, de modo a sempre construir novos meios de sociabilidade e de subjetividade, com vistas a princípios tais como cidadania, humanidade, democracia, responsabilidade, igualdade e convivência.

À luz de tal fundamento teórico, faz-se necessário conceituar as seguintes instâncias que fazem parte do arcabouço educacional: educação, escola, homem, sociedade, mundo, inclusão social.

Entende-se com isso que, ao elaborar o PPP, é crucial integrar essas bases teóricas e legais de modo a garantir que as práticas educacionais estejam alinhadas com os princípios fundamentais da educação e com as normas vigentes. A articulação entre teoria e legislação contribui para a construção de uma proposta pedagógica consistente, capaz de atender às demandas educacionais da escola e de sua comunidade.

11. MARCO CONCEITUAL

O Marco Conceitual em um Projeto Político-Pedagógico (PPP) refere-se à base teórica e conceitual que fundamenta as práticas e as decisões pedagógicas da instituição educacional. Ele representa os valores, as filosofias e as teorias educacionais que orientam o trabalho da escola durante todo o período letivo e subsequentes.

11.1 FILOSOFIA EDUCACIONAL

Explicita a visão da escola sobre a educação, seus propósitos e valores fundamentais. Sob esse preceito, a referida Unidade Educacional afirma que: "Acreditamos em uma educação libertadora que promova o desenvolvimento integral do indivíduo, preparando-o para a vida cidadã e para contribuir positivamente para a sociedade."

11.2 TEORIAS PEDAGÓGICAS ADOTADAS

Identifica as teorias educacionais que orientam as práticas pedagógicas da escola periodicamente durante os anos letivos. Sob tal conceituação, a referida Unidade Educacional alega que: "Nossas práticas são fundamentadas na pedagogia sociointeracionista e construtivista, que reconhece o papel ativo do aluno na construção do conhecimento e das suas relações com o meio."

11.3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Define as estratégias pedagógicas e metodologias de ensino adotadas pela escola, a qual afirma promover uma abordagem centrada no aluno, utilizando metodologias ativas variadas e intercaladas, as quais estimulem a participação assídua, a colaboração coletiva, a pesquisa qualitativa e a resolução de problemas por meios viáveis, promovendo ações mais autônomas advindas de concepções bem fundamentadas.

11.4 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

Determina a visão da escola sobre avaliação e como ela é integrada ao processo educativo, cuja respectiva unidade adota, prioritariamente, uma abordagem formativa de avaliação, valorizando a análise contínua e global do desempenho dos alunos para orientar as práticas de ensino a serem estimuladas ou alteradas.

11.5 DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO ALUNO

Destaca o compromisso da escola com o desenvolvimento global dos alunos, incluindo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e éticos. Para tanto, a escola em questão, busca desenvolver não apenas as habilidades acadêmicas, mas também as habilidades socioemocionais, promovendo cidadãos conscientes e responsáveis.

11.6 INCLUSÃO E EQUIDADE

Reflete o comprometimento da escola com a promoção da inclusão e equidade, no qual prioriza-se, pela unidade escolar em questão, um ambiente inclusivo que respeita a diversidade e promove igualdade de oportunidades para todos os alunos, pois o princípio da educação inclusiva é baseado na participação, a qual diz respeito a um processo igualitário e valorização da diversidade humana desde a infância.

Cabe ressaltar, conforme elucida Mendes (2010), que a maioria das escolas públicas brasileiras, incluindo as goianas, possuem uma difícil trajetória a ser percorrida em busca de uma verdadeira e ampla educação inclusiva para todos os alunos da rede regular de ensino, tendo em vista que, para amparar tais escolas há necessidade de grandes esforços por meio da criação de políticas e estabelecimento de acordos em convenções que almejam uma vigência efetiva das normas sobre a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência e, sobretudo, a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com diferentes tipos de deficiência, transtornos ou dificuldades de aprendizagem.

Nesta unidade escolar, o princípio da inclusão se inicia com a sensibilização dos alunos para com diferentes situações, uma vez que, além dos profissionais (professores regentes), disponibilizam-se profissionais de apoio que auxiliam o professor em sala de aula para aqueles alunos com algum tipo de necessidade especial, além do serviço prestado por graduandas do curso de Pedagogia, as quais realizam estágio supervisionado na referida instituição de ensino; uma parceria entre a prefeitura de Palminópolis e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), que acompanham e dão suporte pedagógico no dia a dia escolar, direcionado aos alunos com necessidades especiais.

11.7 INTEGRAÇÃO DE TECNOLOGIA

Define como a escola incorpora a tecnologia no processo educativo de modo gradativo e contínuo; por isso a referida unidade propõe integrar as novas tecnologias de forma significativa, utilizando-a como ferramenta educativa para potencializar o aprendizado de modo prático e desenvolver competências digitais desde a primeira etapa do ensino fundamental de modo adaptado ao sistema de tempo integral, cujas aulas de informática são disponibilizadas no contraturno da escola como uma forma de aprimorar metodologias tradicionais de estudo, obter mais conhecimentos práticos e ampliar o acesso à informática na educação.

11.8 PARCERIA COM A COMUNIDADE

Destaca a importância da parceria entre a escola, os pais e a comunidade na qual está inserida, pois a unidade valoriza a colaboração entre escola e demais participantes da comunidade, reconhecendo que a educação é uma responsabilidade compartilhada.

Ao construir o Marco Conceitual, a escola cria uma base sólida que guiará o desenvolvimento e a implementação do PPP, garantindo que todas as práticas e decisões estejam alinhadas com uma visão educacional coerente e fundamentada em teorias e valores sólidos.

11.9 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS DA CULTURA AFRICANA E INDÍGENA

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e de História e Cultura Indígena são instrumentos normativos que buscam promover a valorização da diversidade étnico-racial presente na sociedade brasileira. Estas diretrizes têm o propósito de orientar as instituições de ensino na promoção do respeito à pluralidade cultural e na superação e minimização de práticas discriminatórias.

A divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tanto da cultura afro-brasileira como da cultura indígena, tornando-os capazes de interagir e de compreender objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. Garantia também de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas e indígenas.

Em virtude de tais concepções, esta unidade escolar procura, sistematicamente, trabalhar as relações étnico raciais com os alunos, tanto em sala de aula com atividades de temas transversais e interdisciplinares como também com projetos escolares periódicos em datas específicas e eventos comemorativos, nos quais é promovida a interação entre todas as turmas diante de apresentações socioeducativas e de diversidade cultural, sempre com intuito de conscientizar os alunos sobre a importância de se ter o respeito mútuo entre todas as pessoas, independentemente, de sua raça, bem como a valorização das diversas culturas étnicas existentes no nosso município, estado e regiões brasileiras.

Essas diretrizes têm por finalidade contribuir para a superação das desigualdades e discriminações históricas, promovendo uma educação mais inclusiva, respeitosa e consciente da diversidade presente na sociedade brasileira e, conseqüentemente, nas escolas públicas. Assim, a implementação dessas diretrizes requer o engajamento de toda a comunidade escolar e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que reflitam os princípios orientadores das mesmas.

12. SITUAÇÃO ORGANIZACIONAL

A inclusão da situação organizacional do corpo docente é uma parte crucial do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma escola, especialmente quando pública de tempo integral. A abordagem a esse aspecto visa garantir um ambiente educacional que valorize e apoie continuamente os professores regentes, promovendo seu desenvolvimento profissional e contribuindo para uma cultura escolar positiva.

12.1 SITUAÇÃO ORGANIZACIONAL DO CORPO DOCENTE

Descreve-se aqui o perfil acadêmico da equipe de professores que compõe a Escola Municipal de Tempo Integral Livertino Pereira de Moraes, cuja formação e experiência dos membros do corpo docente se destaca pela diversidade de habilidades específicas de cada um dos professores, os quais estão descritos na seguinte tabela:

NOME	OCUPAÇÃO	FORMAÇÃO
Ana Paula Sardinha Cardoso Rodrigues	Professora do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano	Pós-Graduação
Bárbara Gomes Vilela	Professora de Artes do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano	Artes Cênicas e Educação Física
Cíntia Levi Cardoso de Moraes	Professora do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano	Pós-Graduação
Cristiane Carlos Crispim Torres	Professora do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano	Pós-Graduação
Dieison do Carmo Vieira	Professor do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano	Pós-Graduação
Edilaine Cristina de Bessa	Professora do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano	Pós-Graduação
Elaine Cristina de Moura	Professora do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano	Pós-Graduação
Lívia Bueno da Silva	Professora do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano	Pós-Graduação
Luciane de Freitas Duarte	Professora do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano	Pós-Graduação

Luiz Carlos Michewski Junior	Professor de Inglês do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano	Licenciatura em Letras (Português/Inglês); Pedagogia
Marcelo Jakson Mendes da Silva	Professor de Música do Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano	Licenciatura em Música
Maria Valdete Gomes Vieira	Professora/Coordenadora	Pós-Graduação
Mirian Martins Ferraz	Professora do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano	Pós-Graduação
Paulo Roberto Alves Guimarães	Professor de Educação Física do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano	Graduação
Queliê Maria Borges	Professora do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano	Pós-Graduação
Quenia Maria de Paulo Borges	Professora do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano	Pós-Graduação
Régia Luiz Cabral	Professora do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano	Pós-Graduação
Roberta Lorrany de Aguiar Leite	Professora do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano	Pós-Graduação
Rogério Teles dos Santos	Professor de Educação Física do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano	Pós-Graduação
Silvânia Rodrigues do Nascimento	Professora do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano	Pós-Graduação
Suely Gomes Castilho	Professora do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano	Pós-Graduação
Sueny de Sousa Barroso Cardoso	Professora do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano	Pós-Graduação
Tatiane F. da S. Rodrigues	Professora do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano	Pós-Graduação
Vanusa Faustina de Souza	Professora do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano	Pós-Graduação

12.2 SITUAÇÃO ORGANIZACIONAL DO CORPO ADMINISTRATIVO

A inclusão da situação organizacional do corpo administrativo no Projeto Político-Pedagógico (PPP) é fundamental para garantir a eficácia da gestão escolar e o bom funcionamento de todos os setores da instituição. A gestão administrativa impacta diretamente a qualidade do ambiente educacional, a qual está descrita na tabela a seguir.

NOME	OCUPAÇÃO	FORMAÇÃO
Carla Franciele Sardinha Dias	Auxiliar de serviços Gerais	Superior incompleto
Cristiani Maria de Paulo Amorim	Assistente Administrativo	Graduação em Artes Cênicas
Daniela Pereira de Amorim	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino médio completo
Edilaine Fernandes da Silva Ferreira	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino médio completo
Eliania Vitorino Santana Pagoto	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino médio completo
Eusimar Teodoro Leite	Higiene Alimentação/Cozinha	Ensino médio completo
Genessi Dias da Silva Cardoso	Apoio Social	Graduação em Pedagogia
Naya Melissa Gomes Castilho Ferreira	Professora/Secretária	Pós-Graduação
Sarah Suyenne Sardinha Santana	Auxiliar de Serviços Gerais	Graduação em Pedagogia
Selma Gonçalves da Silva Ferreira	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino médio completo
Soelma Luiz de Santana	Higiene Alimentação/Cozinha	Ensino médio completo
SusesDarlen Pires de Almeida	Auxiliar de Serviços Gerais	Pós-Graduação
Thiara Gonçalves Gomes	Apoio Social/ Auxiliar Administrativo	Pós-Graduação
Wilma Gonçalves Nunes Cardoso	Professora/Diretora	Pós-Graduação

13. INFRAESTRUTURA DA UNIDADE EDUCACIONAL

A infraestrutura de uma unidade educacional atuante em período integral é essencial para oferecer um ambiente propício ao desenvolvimento integral dos alunos. Essa infraestrutura deve ir além das salas de aula tradicionais, considerando espaços e recursos que suportem atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer.

13.1 INFRAESTRUTURAS/FÍSICOS

No âmbito que engloba toda a infraestrutura (construção física), a Escola Municipal de Tempo Integral Livertino Pereira de Moraes conta com:

- 17 salas de aula;
- 01 sala de laboratório de informática;
- 02 banheiros para aluno: 1 feminino (com acesso para atendimento especial) e 1 masculino (com acesso para atendimento especial);
- 02 banheiros sociais para professores e demais funcionários;
- 01 cozinha com despensa;
- 01 despensa (DML);
- 01 depósito para botijão de gás;
- 01 sala para professores;
- 01 sala para biblioteca;
- 01 sala para diretoria;
- 01 sala para secretaria;
- 01 sala de arquivo;
- 01 área coberta entre os dois pavilhões;
- 01 área coberta para entrega e transporte de alunos;
- 01 quadra coberta com arquibancadas, banheiros e vestiários.
- 01 depósito para equipamentos utilizados em atividades e eventos na quadra coberta;
- 01 estacionamento para ônibus do transporte escolar;
- 01 guarita ao lado do portão de entrada da escola.

13.2 EQUIPAMENTOS

No âmbito que engloba os materiais e equipamentos utilizados por toda a equipe escolar, a Escola Municipal de Tempo Integral Livertino Pereira de Moraes conta com: quadros-brancos, data show (marca Epson), aparelho de som, caixas de som amplificadas, impressoras (preto e branco e coloridas), computadores para uso da equipe pedagógica (secretaria, direção e coordenação), computadores para

uso dos alunos no laboratório de informática, telas para projeção, projetores interativos, notebooks, máquina fotográfica, televisores, bebedouros, condicionadores de ar, globo terrestre, microfones, suportes e pedestais para partitura e instrumentos musicais como: violões, teclados, bongôs, surdos, bumbos, afoxés, pandeiros, caixa de guerra e par de pratos.

13.3 MATERIAIS E MOBILIÁRIOS

No âmbito material e mobiliário, a Escola Municipal de Tempo Integral Livertino Pereira de Moraes conta com: armários de metal, armários fichário, mesas de MDF para secretária, mesas de MDF para professor, cadeiras de plástico/ professor, mesa de madeira com 08 cadeiras para sala dos professores, mesas de suporte para computadores do laboratório de informática, racks de madeira, prateleiras de aço na biblioteca, sala de estoque e despensa, freezers horizontais, bebedouros de parede na sala dos professores e da direção, geladeiras, fogão de três bocas industrial, forno industrial, forno elétrico, tanque automático para área de serviço e limpeza, cadeiras giratórias, jogos de cadeiras e mesas para alunos.

13.2 MATERIAIS PEDAGÓGICOS

No âmbito pedagógico no que se refere a materiais utilizados em aula, a Escola Municipal de Tempo Integral Livertino Pereira de Moraes conta com : jogos de leitura, jogos de memória plural e singular, jogos da memória com números e quantidade, régua de frações, dominós divertidos, dominós de adição, material dourado, mapas coloridos, tangrans, quebra-cabeças coloridos, alfabeto móvel, jogos de memória sobre meios de comunicação e transporte, jogos de memória sobre masculino e feminino, tabuleiros de damas e xadrez, jogos de dominó de subtração, dominós para formas geométricas, jogos de cálculos, jogos de tabuada, alfabeto silábico, dominó de frações. Livros didáticos propostos para cada turma, de acordo com a faixa etária, livros de apoio, livros para leitura em acervos I, II e III, cantinho de leitura, mesas de pebolim, mesa de tênis, bolas diversas (futebol, vôlei, queimadas, handball), petecas, bambolês e redes para vôlei.

14. FINANCEIRO

Ao desenvolver o aspecto financeiro do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma escola pública de tempo integral, é fundamental considerar as características específicas do contexto público, incluindo a dependência de recursos governamentais e as responsabilidades relacionadas à gestão transparente e eficiente dos fundos públicos. Sobre tais recursos, a referida escola conta com o apoio financeiro dos seguintes programas a serem considerados:

PDDE: programa federal destinado à aquisição de materiais pedagógicos de expediente e materiais de uso permanente.

ALFA MAIS: programa do Estado destinado à aquisição de materiais pedagógicos para melhoria do ensino aprendizagem dos alunos de 1º e 2º ano.

ESCOLA CONECTADA: destinado à aquisição de materiais para o programa federal de mesmo nome e custeamento da distribuição de internet à Unidade.

TEMPO DE APRENDER: este projeto do governo federal disponibiliza verba específica como ajuda de custo para pagar as monitoras educacionais que servem de apoio para professores do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental.

CANTINHO DA LEITURA: é um programa do governo federal destinado a aquisição de livros literários e mobiliários para uso nos momentos de leitura.

15. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

A Escola Municipal de Tempo Integral Livertino Pereira de Moraes oferece carga horária em sua totalidade e se organiza funcionalmente de acordo com o seguinte cronograma diário:

Turno matutino:

- 6:30 - Abertura dos portões e das salas de aula;
- 6:50 - Desjejum;
- 7:00 - Início das aulas;
- 9:15 - Colação;
- 9:30 - Recreio;
- 9:45 - Retorno às aulas;
- 11:15 às 12:00 - Almoço e escovação.

Turno vespertino:

- 12:00 - Retorno às salas;
- 14:00 - Lanche da tarde;
- 15:15 - Encerramento das aulas.

16. METODOLOGIAS

A definição das metodologias no Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma escola integral é crucial para orientar as práticas de ensino e aprendizagem, considerando o tempo dos estudantes na instituição.

Com as novas orientações advindas da BNCC, fazem-se necessárias mudanças estratégicas para o processo de ensino, principalmente no que diz respeito às metodologias adotadas por esta unidade, prezando pelo aspecto inclusivo, social, emocional, psicológico, histórico e pedagógico, prima por adotar metodologias que permitem a participação e corresponsabilização dos alunos em suas mais diversas habilidades.

Para tanto, prima-se por aulas em que a interação professor-aluno, aluno-aluno, sala-objeto de conhecimento se desenvolvam em conformidade às competências e habilidades propostas pela BNCC.

O planejamento para a execução de tais aulas é recolhido a cada quinze dias e devolvido mediante feedback aos professores no contra turno. Logo, planeja-se para que se contemplem os seguintes aspectos:

- Proporcionar espaços para o desenvolvimento das aulas de reforço e recuperação de forma paralela para os alunos que estão com dificuldades de aprendizagem;
- Planejar e executar projetos socioeducacionais visando à melhoria do rendimento escolar;
- Trabalhar as práticas sociais, culturais, religiosas e esportivas, promovendo a inclusão de modo mais efetivo;
- Desenvolver atividades que oportunizem o aprofundamento das competências cognitivas do educando;

- Explorar os materiais didáticos disponíveis na unidade escolar, os quais possibilitem encontrar alternativas e soluções viáveis para as situações problematizadas;
- Utilizar o tempo e o espaço pedagógicos em situações de aprendizagens produtivas, interessantes e significativas, direcionadas ao fortalecimento da autoestima e do convívio social harmônico;
- Oportunizar vivências pedagógicas atrativas e ações capazes de desenvolver o espírito de solidariedade, cooperação mútua e diálogo humanizado;
- Ampliar o universo cultural das crianças desenvolvendo a sociabilidade, conhecimentos, valores e habilidades exigidos na vida cotidiana;
- Trabalhar atividades que envolvam regras de convivência, situações complexas relacionadas à justiça e injustiça, direitos e deveres, participação colaborativa, possibilitando aos alunos e alunas novos questionamentos em seu modo de pensar, agir e posicionar-se, ampliando seu repertório cultural e possibilidades de escolha ao longo da vida;
- Desenvolver aulas de informática no laboratório que possibilitem uma melhor interação dos alunos com as TICS;
- Desenvolver os seguintes projetos no decorrer do ano letivo:
 - Projeto Agrinho
 - Projeto Páscoa
 - Projeto Cultura Indígena (Dia do Índio)
 - Projeto Festa Junina
 - Projeto Folclore Brasileiro
 - Projeto Independência do Brasil
 - Projeto Dia das Crianças
 - Projeto Cultura Afro-brasileira

Por conseguinte, a inclusão de tais metodologias de ensino no Plano Político Pedagógico (PPP) da escola se torna fundamental para estabelecer as abordagens pedagógicas que serão adotadas pela instituição, pois elas refletem os valores, objetivos educacionais e a cultura da escola.

17. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem é uma parte fundamental do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma instituição educacional, pois não mensura apenas o desempenho global dos alunos e a definição dos critérios avaliativos, mas também os princípios, objetivos e abordagens pedagógicas adotadas e mantidas.

De acordo com Resolução CEE nº 194/2005, há estabelecimento de critérios e parâmetros para a avaliação da aprendizagem escolar, conforme os artigos citados:

Art. 1º - A avaliação da aprendizagem escolar, no âmbito da Educação Básica, das unidades escolares sob a jurisdição do Conselho Estadual de Educação, reger-se à pelos critérios e parâmetros estabelecidos nesta Resolução;

Art. 2º - A avaliação de que trata o art. 1º tem por objetivo contribuir para o pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, consoante preceituam os artigos 205, da Constituição Federal, 2º da Lei nº 9394/96 e 2º, da Lei Complementar Estadual nº 26/98;

Art. 3º - A avaliação da aprendizagem escolar, nos termos desta Resolução, orienta-se por processo diagnosticador, formador e emancipador, devendo realizar-se continua e cumulativamente e com absoluta prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos formativos sobre os informativos, visando a atender ao disposto no artigo 2º, desta Resolução;

Art. 4º - O processo de avaliação da aprendizagem escolar deve considerar, cotidianamente, a efetiva presença e a participação do aluno nas atividades escolares, sua comunicação com os colegas, com os professores e com os agentes educativos, sua sociabilidade sua capacidade de tomar iniciativa, de criar e de apropriar-se dos conteúdos disciplinares inerentes à sua idade e série, visando-a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento das habilidades de ler, escrever e interpretar de atitudes e de valores indispensáveis ao pleno exercício da cidadania.

A necessidade de diversificação avaliativa se dá pelo fato de que:

A escola padronizada, que ensina e avalia a todos de forma igual e exige resultados previsíveis, ignora que a sociedade do conhecimento é baseada em competências cognitivas, pessoais e sociais, que não se adquirem da forma convencional e que exigem proatividade, colaboração, personalização e visão empreendedora (MORÁN, 2015, p.16).

Suportada pela base legal supracitada, para a aferição dinâmica do nível de aprendizagem dos alunos, adotam-se instrumentos avaliativo como provas, trabalhos, apresentações, projetos, entre outros, com técnicas pedagógicas relacionadas à avaliação interna da aprendizagem e aos objetivos integrados ao PPP, as quais visam múltiplas dimensões (conhecimento, habilidades, atitudes), a exemplo disso especifica-se a seguir os principais tipos de avaliação utilizados pela instituição:

- Avaliação Diagnóstica: uso de avaliações diagnósticas de entrada no início do ano letivo para identificar o nível de conhecimento dos alunos e uso dos resultados para adaptar o planejamento pedagógico e atender necessidades específicas, além das avaliações bimestrais para verificar a fixação do conteúdo e prover ações quando o resultado não for alcançado;
- Avaliação Formativa: integração da avaliação ao longo do processo de ensino, fornecendo feedback constante e estímulo à autorregulação do aprendizado, com correção de rumos durante o percurso;
- Avaliação Somativa: avaliação realizada ao final de um período para atribuição de notas ou conceitos, bem como, a reflexão sobre a necessidade de promoção do aprendizado e uma possível tomada de decisões;
- Avaliação por Competências: está centrada no desenvolvimento de competências e habilidades específicas que se alinham aos objetivos educacionais;
- Avaliação Socioemocional: considera as dimensões socioemocionais na avaliação dos alunos e visa observar habilidades como resiliência, colaboração, empatia e autoconhecimento;
- Portfólios e Trabalhos de Projeto: uso de portfólios e trabalhos de projeto como formas de avaliação de turmas selecionadas, valorizando a produção contínua dos alunos;
- Participação e Envolvimento: considera a participação, colaboração proativa e o envolvimento dos alunos nas atividades escolares em sala e em atividades extraclasse, com intuito de reconhecer o esforço e valor da participação ativa na aprendizagem.

Cada um desses pontos avaliativos é passível de análise, reflexão, readaptação e contextualização, dada a heterogeneidade discente humana, a qual é miscigenada e enriquecida por diferentes contextos históricos, sociais, culturais, psicológicos e emocionais.

Processualmente, a avaliação da aprendizagem, perenemente aferida, configurará um total de 100 pontos, especificados de acordo com o resultado do diagnóstico elaborado por cada professor para sua turma e respectivos discentes ao longo dos períodos letivos.

18. PROPOSTA CURRICULAR

A Escola Municipal de Tempo Integral Livertino Pereira de Moraes busca oferecer um currículo abrangente que vá além das disciplinas tradicionais, promovendo uma educação integral que engloba aspectos cognitivos, sociais, emocionais e físicos dos estudantes. Sob essa concepção, a referida Unidade oferece em seu período matutino aulas com os seguintes componentes curriculares, obedecendo as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Documento Curricular para Goiás (DCGO):

- Língua Portuguesa;
- Matemática;
- História;
- Geografia;
- Ciências;
- Ensino Religioso.

No período vespertino, esta Unidade oferece aulas considerando os seguintes componentes curriculares:

- Letramento (Língua Portuguesa);
- Numeramento (Matemática);
- Língua Inglesa;
- Artes;
- Música;
- Educação Física;

- Informática;
- Oficina de Matemática;
- Oficina de leitura.

Todas as propostas curriculares utilizadas como fundamentos por esta unidade escolar são norteadas por, respectivamente, BNCC, DC-GO ampliado e DC-GO com cortes temporais, uma vez que, apesar de se ter a responsabilidade do cumprimento e contemplação do currículo geral, deve-se também contemplar a “Goianidade” existente em nosso meio sociocultural (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2019, p. 45).

19. METAS E AÇÕES

A manutenção e bom desenvolvimento de uma escola pública de tempo integral no Ensino Fundamental I requer a definição de metas claras e ações estratégicas para garantir que os objetivos educacionais sejam alcançados.

Por esse motivo a referida Unidade Escolar se baseia na afirmativa preconizada por Sêneca (filósofo romano, 4 a.C.), “quando se navega sem destino, nenhum vento é favorável”, portanto, o direcionamento pedagógico em prol de um aprendizado eficaz é uma das competências preconizadas pela escola e que condiz com as normatizações da BNCC e DCGO, documentos os quais são os pilares na elaboração das metas descritas a seguir.

19.1 METAS

- Internalizar nos discentes a valorização e utilização de conhecimentos sobre o mundo físico, social, cultural e digital;
- Priorizar o exercício da curiosidade intelectual e utilização das ciências com criticidade e criatividade;
- Internalizar a valorização das diversas manifestações artísticas e culturais;
- Utilizar as tecnologias digitais de forma criativa, significativa e ética (quadro digital, internet, laboratório de informática);

- Priorizar a ação pessoal e coletiva, autônoma, responsável, flexível, resiliente e determinadamente;
- Valorizar o exercício da empatia e do diálogo, de forma decisiva e cooperativamente;
- Promover o autoconhecimento, a autocompreensão em sua diversidade e a auto apreciação.
- Priorizar argumentos baseados em fatos, dados e informações concretamente confiáveis, primando sempre as evidências;
- Trabalhar a valorização e apropriação do conhecimento e experiência de cada um, considerando diferentes pontos de vista sobre concepções e formações ideológicas.

19.2 AÇÕES

A criação de um Plano Político Pedagógico (PPP) para uma escola pública de tempo integral envolve a definição de ações propositivas que estejam alinhadas com os objetivos educacionais, a missão e os valores da instituição. Tal plano deve servir como um guia para todas as atividades escolares, assegurando a coerência entre a prática pedagógica e os objetivos educacionais (MARTINS, 2019, p.11).

Sendo assim, para que as metas possam transcender o plano escrito, é necessário que se estabeleçam ações propositivas, delegadamente distribuídas de maneira exequível.

Desta forma, o PPP deve ser um “documento de orientação em que deve constar as ações que serão realizadas para atingir as metas e os objetivos da escola”. Dessa forma, os coordenadores e professores, com facilidade, conseguem acompanhar os resultados esperados para a escola naquele ano serão atingidos (MARTINS, 2019, p.21).

Respectivamente, elencam-se abaixo as ações (passíveis de retomada, remodelamento, correção de rotas, conseqüente do processo de dinâmica reflexão crítica):

1. Trabalhar objetos de conhecimento integrados à realidade social local, regionalismo, família e contextos vários.

Responsáveis: coordenação e professores.

2. Aplicar, orientar e executar pesquisas em diferentes meios (internet, livros, biblioteca, entrevista pessoal, rede social, blogs e afins).
Responsáveis: direção, coordenação e professores.
3. Estabelecer pesquisa e culminância em apresentações artísticas levando em conta diferentes movimentos, datas e aspectos sociais, históricos e geográficos.
Responsáveis: coordenação, direção, professores e alunos.
4. Trabalhar atividades de integração disciplinar utilizando diferentes mídias (internet, projetor, computador, notebook, quadro digital, telefone celular, tablete e afins).
Responsáveis: coordenação e professores.
5. Elaborar, orientar, acompanhar e avaliar grupos de estudo, monitoria e representantes de classe nas salas de aula.
Responsáveis: direção, coordenação e alunos.
6. Trabalhar o princípio moral e compreensivo humano e social para com o outro por meio de conversas informais, reuniões orientadas, palestras e avaliações.
Responsáveis: coordenação, direção e professores.
7. Trabalhar o princípio moral e compreensivo humano e social para consigo mesmo por meio de conversas informais, reuniões orientadas, palestras e avaliações.
Responsáveis: coordenação, direção e professores.
8. Utilizar diferentes gêneros textuais e ferramentas pedagógicas para analisar fake news e enfatizar a importância do uso de fatos e evidências no discurso.
Responsáveis: coordenação e professores.
9. Aplicar a contextualização social local para o trabalho em sala: atividades, avaliações imagéticas, escritas e orais.
Responsáveis: coordenação, direção, professores e alunos.
10. Promover atividades e palestras que priorizam o autoconhecimento e autocuidado: condição emocional, diálogo, higiene, ética, moral, etiqueta e segurança.
Responsável: direção.

20. ACOMPANHAMENTO

O acompanhamento deste projeto e das propostas nele contidas se dará pelo embasamento no Circuito de Gestão, que leva em conta: Planejamento, Execução, Acompanhamento, Avaliação e Correção de Rotas. Basicamente, este Circuito considera tomada de medidas que configuram uma gestão voltada para resultados de aprendizagem.

O Circuito de Gestão é o método que concretiza a Gestão Escolar para Resultados de Aprendizagem. Ele permite orientar e organizar os processos, responsabilidades e atividades da gestão escolar em todas as instâncias (INSTITUTO UNIBANCO, 2018, p.11).

Os atores de tal acompanhamento não estarão limitados somente ao ramo administrativo, uma vez que entendemos a Comunidade Escolar como instância de suma representatividade no âmbito pedagógico.

Sendo assim, para que haja sempre a dinâmica reflexão a respeito da aplicabilidade deste PPP, estabelecer-se-ão reuniões com pais, alunos, professores, agentes administrativos e comunidade nos estágios que envolvem as ações de: planejar, fazer, checar e agir do cotidiano escolar, sempre direcionados ao desenvolvimento das competências e habilidades priorizadas pela BNCC e delimitadas pelo Documento Curricular para Goiás (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2019).

21. AVALIAÇÃO

A avaliação dentro de um Plano Político Pedagógico (PPP) de uma escola pública é um componente crucial, pois oferece uma estrutura para medir o progresso tanto dos alunos quanto da própria escola em relação aos objetivos estabelecidos. Uma abordagem eficaz para a avaliação em um PPP pode incluir os seguintes elementos:

- **Avaliações Formativas:** Realizadas ao longo do processo de aprendizagem para fornecer feedback contínuo aos alunos e professores. Inclui trabalhos, projetos, apresentações e autoavaliações;

- Avaliações Somativas: Conduzidas no final de um período ou unidade de estudo para avaliar o que os alunos aprenderam. Exemplos incluem testes, exames e projetos finais;
- Avaliações Diagnósticas: Elaboradas no início do ano letivo e/ou a cada bimestre e semestre, para sondar e entender o nível de conhecimento prévio dos alunos e identificar quaisquer lacunas de aprendizagem.

Corroborando com Luckesi (2004), considera-se, nesta respectiva Instituição, que a avaliação, em qualquer instância, deve ser alicerçada no acompanhamento e na reorientação perene do processo administrativo e pedagógico, no que tange ao âmbito escolar.

Sob esse preceito, considera-se também a avaliação no âmbito:

- Profissional: cuja avaliação seja contínua acerca das necessidades de formação e aperfeiçoamento da equipe de professores;
- Institucional: no qual os indicadores de desempenho refletem as taxas de aprovação, reprovação, evasão e resultados em avaliações externas.

Sendo assim, nosso processo avaliativo será composto por registros de levantamento de dados, análise e devidos monitoramentos e redirecionamentos, uma vez que se pretende aplicar o conceito de um acompanhamento dinâmico por meio do Circuito de Gestão em todos os segmentos da Instituição Escolar, esmiuçadamente, o âmbito administrativo e pedagógico.

Para tanto, realizar-se-ão reuniões mensais, bimestrais e, ocasionalmente, semanais ou diárias, dependendo da situação vivenciada e da necessidade imediata para a resolução de pontos de atenção no processo escolar.

Há ainda, considerações importantes a ressaltar no referido PPP no que tange o processo de avaliação da Unidade Escolar, cujos quesitos priorizados são:

1. Participação da Comunidade: envolvimento de professores regentes e de apoio, alunos, pais e membros da comunidade sobre o conhecimento das avaliações, em relação ao conteúdo previsto e datas programadas;

2. Transparência: comunicação clara dos resultados obtidos nas avaliações bimestrais internas e avaliações externas periódicas, para conhecimento de todas as partes interessadas;
3. Uso Construtivo dos Resultados: empregar os resultados das avaliações para melhorar constantemente o processo educativo em tempo hábil de acordo com cada período letivo.

Assim, integrar esses aspectos de avaliação no PPP garante que a escola possa monitorar e aprimorar de forma eficaz o ensino e a aprendizagem, alinhando-se continuamente com seus objetivos e metas educacionais e com a filosofia pedagógica praticada.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da educação. Secretaria de educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **IDEB: resultados e metas**. 2020. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso: 11 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Município de Palminópolis**. 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/palminopolis.pdf>>. Acesso: 20 de set. 2023.

INSTITUTO UNIBANCO. **Circuito de Gestão**. 2018. Disponível em: <<https://iuportalhmg.azurewebsites.net/metodo/#:-:text=O%20Circuito%20de%20Gest%C3%A3o%20%C3%A9,a%20conex%C3%A3o%20entre%20essas%20inst%C3%A2ncias>>. Acesso: 20 out. 2023.

MARTINS, Juliana. **Plano de ação escolar**: como traçar objetivos. 2019. Disponível em: <<https://studos.com.br/blog-plano-de-acao-escolar/>>. Acesso: 21 out. 2023.

LAVRES, J. M. C. **Avaliação para as Aprendizagens dos Alunos com Necessidades Educativas Especiais do 1º Ciclo na Escola Pública: reflexões sobre a inclusão**. Dissertação de Mestrado em Ciências de Educação. Universidade de Lisboa: Lisboa, 2013.

LUCKESI, Cipriano. **Considerações gerais sobre avaliação no cotidiano escolar**. Curitiba, n.36, p. 4-6, 2001. Entrevista concedida a Aprender a fazer. Disponível em: <<http://www.luckesi.com.br>>. Acesso: 23 out. 2023.

MENDES, E. G. **Observatório Nacional de Educação Especial: estudo em rede nacional sobre salas com recursos multifuncionais nas escolas comuns** (Projeto impresso). São Carlos, 2010.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. 1996. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso: 29 nov. 2023.

MATUOKA, Ingrid. **Educação integral e a implementação da BNCC**. 2018. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/educacao-integral-e-a-implementacao-da-bncc/>>. Acesso: 11 out. 2023.

MORAN, J. M. **Mudando a educação com metodologias ativas**. In: Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens. Coleção

Mídias Contemporâneas. 2015. Disponível em:
http://www2.eca.usp.br/moran/wpcontent/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf.
Acesso: 19 out. 2023.

OLIVEIRA, Ana Paula da Silva Conceição. **Práticas pedagógicas inspiradas no sociointerativismo**: em busca de uma educação a distância significativa.2014. Disponível em:<<http://www.abed.org.br/hotsite/20-ciaed/pt/anais/pdf/165.pdf>>. Acesso: 11 out. 2023.

REVISTA EDUCAÇÃO. **Entenda as competências gerais da BNCC**. 2018. Disponível em: <<https://revistaeducacao.com.br/2018/10/05/bncc-competenciasgerais/>>. Acesso: 10 de nov. 2023.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Documento curricular para Goiás**. 2019. Disponível em:<<https://cee.go.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Documento-Curricular-para-Goi%C3%A1s.pdf>>. Acesso: 05 dez. 2023.

Palminópolis, Janeiro de 2024.